

Um outro mundo possível: alternativas históricas da Alemanha, antes e depois do muro de Berlim

Paulo Roberto de Almeida*

Resumo: Digressões histórico-analíticas sobre a trajetória da Alemanha, desde a fase pré-unificação de 1870, até o cenário pós-derrubada do muro de Berlim e a unificação das duas repúblicas criadas em 1949. A questão alemã, para o bem e para o mal, esteve no centro da história europeia e mundial, entre 1870 e 1945, e novamente entre 1949 e 1989, mas na fase da Guerra Fria de forma subalterna aos interesses das duas superpotências. Derrubado o muro e unificada a nação, a Alemanha e Berlim voltam a ocupar o centro nevrálgico do novo ordenamento europeu pós-Guerra Fria.

Palavras-chave: Guerra Fria. Alemanha. Muro de Berlim. Cenários históricos alternativos.



1. Berlim no centro da história alemã, a Alemanha no centro da história européia

O título deste ensaio exploratório remete, obviamente, ao conhecido slogan dos anti-globalizadores que afirma a possibilidade de um outro mundo possível. É um fato que esses pretensos alter-mundialistas jamais conseguiram sequer chegar perto de uma definição, pelo menos tentativa e aceitável, sobre quais seriam os contornos conceituais e materiais desse outro mundo possível; eles tampouco foram capazes, até aqui, de explicitar a arquitetura institucional e a economia política desse mundo alternativo sonhado por eles. Por isso mesmo, os ruidosos encontros anuais dos anti-globalizadores continuam a produzir utopias inúteis, embora inocentes, por sua inocuidade prática.

Não cabe, contudo, discutir as inexistentes propostas dos anti-

globalizadores sobre um mundo alternativo que eles mesmos não conseguem definir. O único propósito deste ensaio é o de explorar os itinerários possíveis dos processos políticos na Europa, em especial na Alemanha, antes e depois do muro de Berlim, que poderiam ter determinado outro curso para a história do continente no último século e meio. Mas por que, pode-se perguntar, recuar tão longe na história para tratar de um evento que, numa cronologia estrita, ocupou apenas o último quarto do século 20?

A razão está em que, na história contemporânea, o papel de Berlim – e, mais amplamente, da Alemanha – não tem a ver apenas com o *status* da cidade durante a Guerra Fria ou no período atual, uma fase ainda transitória das relações internacionais. O significado político da cidade, enquanto capital da mais poderosa nação europeia, emerge na unificação alemã, em 1871, e promete projetar uma influência duradoura no futuro previsível, não apenas na Europa, mas também no mundo. De fato, Berlim esteve no centro, inclusive geográfico (considerando-se o retraimento para o

ocidente do antigo território do império alemão), da chamada *Deutsche Frage*, a questão alemã,¹ hoje um pouco esquecida dada a relativa diluição da Alemanha, em suas fronteiras atuais, no território econômico mais vasto (e crescente) da União Europeia.

Para fazê-lo, ou seja, para retrazar a importância e o papel de Berlim na chamada questão alemã dos últimos 150 anos, vale recorrer àquilo que é conhecido como história virtual, um exercício intelectual pouco praticado pelos próprios historiadores, mas que tem suas regras e métodos, tal como explicitados num compêndio organizado por Niall Ferguson.² De fato, não se pode compreender os vinte anos decorridos desde a derrubada do muro,³

em 9 de novembro de 1989, sem se referir aos quarenta anos anteriores, desde a divisão definitiva de Berlim e da própria Alemanha em 1949, que na verdade nada mais representa do que a culminação de um processo errático que começa em 1870 (talvez mesmo até antes, na batalha de Iena, em 1806), passa por 1914 e pela ‘segunda guerra de Trinta Anos’, que conhece sua fase mais decisiva entre 1939 e 1945.

Em todos esses episódios, a questão alemã assumiu novos contornos, no contexto daquele processo mais amplo que muitos historiadores chamam de *Sonderweg*, ou seja, a via especial adotada pela Alemanha, bastante diferente daquela seguida pelos demais países da Europa ocidental para sua modernização política e social. Para todos os efeitos práticos, a *Sonderweg* termina em 1945, para a parte ocidental da Alemanha, e em 1989, para a sua parte oriental, sendo a derrubada do muro um evento simbólico, por excelência, não apenas para as duas Alemanhas, mas igualmente para o mundo como um todo. Afinal de contas, o que ocorreu na sequência da derrubada do muro, em novembro de 1989, seguida da implosão da maior parte dos regimes socialistas, entre essa data e 1991, do próprio desaparecimento da União Soviética e, no mesmo intervalo, da unificação das duas Alemanhas – na verdade, da absorção de sua parte oriental pela República Federal – não foi tanto um ‘fim da História’, e sim, mais precisamente, um ‘fim da Geografia’, ou melhor, da Geopolítica, esta representada pelo declínio irremediável do socialismo enquanto modo de produção alternativo ao capitalismo.⁴

¹ Uma obra síntese sobre a questão alemã é a de Dirk Verheyen, *The German Question: A Cultural, Historical, and Geopolitical Exploration* (2nd. Ed.; Boulder: Westview Press, 1999). Para uma visão essencialmente histórica da questão alemã, tomada no contexto mundial, ver David P. Calleo, *The German Problem reconsidered: Germany and the world order, 1870 to the present* (New York: Cambridge University Press, 1980). Como indica este último autor, “Por um período considerável, a história do mundo, dos anos 1860 até o pós-Segunda Guerra Mundial, tem sido dominada pelo Problema Alemão”; p. 1.

² Ver, por exemplo, o capítulo inaugural de Niall Ferguson, “Introduction, Virtual History: Towards a ‘chaotic’ theory of the past”, ao volume de ensaios coordenado por ele, *Virtual History: Alternatives and Counterfactuals* (New York: Basic Books, 1997); cf. p. 1-90.

³ A terminologia consagrada, nas diversas línguas, refere-se à “queda” – *Mauerfall, fall, chute* – do muro de Berlim, mas é um fato que ele não caiu; ele foi, sim, derrubado, contra a vontade dos dirigentes políticos, dos dois lados. Da mesma forma, a historiografia corrente, seguindo os passos do jornalismo, fala de “reunificação alemã”, em 1990, quando o prefixo “re” claramente não se aplica, dado que os territórios e os Estados que foram unificados com o desaparecimento da parte oriental da nação não eram os mesmos do período anterior. Salvo por motivos de citação, portanto, os

conceitos usados neste ensaio serão os de derrubada e de unificação.

⁴ Ver Paulo Roberto de Almeida, “O Brasil e as relações internacionais no pós-Guerra Fria”. In:

2. *Die Deutsche Frage*, a questão alemã: um longo e complexo problema

A questão alemã, que já desesperava Marx pela ausência de um centro político propulsor de um vigoroso processo de modernização econômica, ao estilo inglês, depois da dissolução do Sacro Império Romano Germânico – este ao cabo de mil anos de uma longa história verdadeiramente virtual –, não precisaria ter Berlim em seu centro, que nada mais era do que a capital de um reino reacionário, economicamente atrasado, de *junkers* prussianos, se os revolucionários e constituintes de Frankfurt, no seguimento de 1848, tivessem conseguido conquistar a burguesia alemã das unidades mais adiantadas do ocidente germânico para a sua causa progressista e republicana. O fracasso dos constitucionalistas em constituir uma coalizão progressista em favor de uma revolução burguesa na Alemanha – o que Marx, Heine e outros expoentes da esquerda hegeliana consideravam uma tragédia histórica – também se explica pela coalizão regressista de austríacos e prussianos na repressão aos movimentos revolucionários e progressistas de 1848, e pelo desprezo do soberano da Prússia por uma monarquia constitucional, tal como oferecida pelos burgueses e intelectuais de Frankfurt,⁵ o que reforçou

o papel político de Berlim na trajetória ulterior da Alemanha.

Die Deutsche Frage, a questão alemã, começa a assumir ares de tragédia moderna quando essa unificação é feita sob o patrocínio da Prússia bismarckiana do Segundo Império, processo político que está na origem do nacionalismo militarista e expansionista da Alemanha moderna, cuja vontade de potência ‘nietzscheniana’, por sua vez, está no centro da chamada guerra civil europeia, que se estende praticamente de 1871 a 1945, e que, no caso de Berlim, se prolongou ainda até vinte anos atrás, justamente. Berlim se tornou o centro nevrálgico dessa tragédia moderna, de dimensões épicas, sobretudo a partir da derrocada do Terceiro Reich, tragédia prolongada até a destruição efetiva de sua capital nos momentos finais da guerra civil europeia, em um formato classicamente napoleônico (ou seja, ainda uma guerra de posições).

Já ao final da primeira grande guerra – equivocadamente chamada por muitos historiadores de primeira guerra mundial, mas que foi, basicamente, uma guerra civil europeia – o escritor Thomas Mann, desencantado com a escassa possibilidade de converter a Alemanha em um Estado democrático ‘normal’, escrevia, em suas *Considerações de um Impolítico*, que a democratização de sua pátria talvez exigisse a ‘desgermanização’ (*Entdeutschung*) do país.⁶ O itinerário trágico, desde o início, da República de Weimar, com a subida aos extremos em todo o espectro político da Alemanha moderna, confirma, talvez, esse

Nilzo Ivo Ladwig e Rogério Santos da Costa (orgs.), *Vinte anos após a queda do muro de Berlim: um debate interdisciplinar* (Palhoça-SC, Editora da Unisul, 2009). A expressão *Cold War*, para designar uma situação que Raymond Aron chamava de “paz belicosa”, parece ter sido criada em 1947 pelo conselheiro dos presidentes Wilson e Roosevelt, Bernard Baruch.

⁵ Ver a interessante síntese da história alemã oferecida por Dietrich Schwanitz, em *Bildung. Alles, was man wissen muss* (Frankfurt Am Main: Eichborn, 1999), consultado em sua versão em espanhol: *La Cultura: Todo lo que*

hay que saber (Madrid: Santillana, 2006); cf. p. 243-244.

⁶ Ver Thomas Mann, *Betrachtungen eines Unpolitischen* (Frankfurt: Fischer, 1918), citado na edição em italiano, *Considerazioni di un Impolitico* (Bari: De Donato, 1967), cf. p. 53.

juízo pessimista do grande escritor alemão, refugiado na Suíça durante a segunda guerra, esta sim verdadeiramente mundial, em seu escopo geográfico e em sua dimensão geopolítica. Os anos de chumbo do hitlerismo representam o paroxismo do totalitarismo nazi-fascista que varreu de forma variada quase toda a Europa dos anos 1920 a meados dos anos 1940.

A partir daí começa uma segunda fase da tragédia moderna da Alemanha, a *Deutsche frage* propriamente dita, de contornos mais ideológico-geopolíticos, mas que também, ou ainda, tem Berlim em seu centro, como a expressão mais visível das divisões do mundo contemporâneo ao longo da Guerra Fria. Berlim foi um dos seus pontos quentes, desde a crise de 1948, novamente em 1961, quando da construção do muro,⁷ e, de forma decisiva, em 1989. Talvez, todas as convulsões, a própria redução do território e a divisão do país, vividas pelos alemães a partir de 1918 e, de novo, entre 1945 e 1989, não teriam ocorrido se, em 1848, os revolucionários de Frankfurt tivessem logrado vitória em

seu projeto republicano e democrático para uma Alemanha bem mais modelada pelos ideais da Revolução francesa, como queriam Heine e Marx, do que pelos projetos militaristas e reacionários dos *junkers* prussianos. Mas, tal tipo de especulação já pertence à história virtual, no sentido mais corriqueiro do termo.

De fato, a história política da Europa contemporânea poderia ter sido outra, talvez isenta de uma ‘segunda guerra de Trinta Anos’, como Arno Mayer⁸ classificou o terrível período que se estende de 1914 a 1945, se Berlim não tivesse se erigido em centro de um império expansionista e agressivo, dirigido pelos militaristas prussianos de Berlim. Pois também é um fato que Hitler talvez não tivesse conseguido empolgar toda uma população desesperada por anos de crise econômica prolongada, de hiperinflação dramática, de enfrentamentos violentos entre milícias armadas direitistas e esquerdistas não fosse pelo apoio que ele recebeu dos mesmos militaristas comprometidos com a ideia de um Reich poderoso no coração da Europa. Foram os militares herdeiros da tradição prussiana, personificados pelo Marechal Hindenburg, que entregaram o poder político a Hitler, que dele fez a alavanca para seu Estado opressor e totalitário, que por sua vez esteve na origem da tragédia europeia, que tem Berlim em seu centro, no meio século que vai do final da Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria. Em 1945 termina o *Sonderweg* expansionista do Deutsche Reich, e tem início um outro *Sonderweg*, o do ‘comunismo internacionalista’ da República Democrática Alemã, a mais

⁷ A construção do muro se deu na noite de 12 para 13 de agosto de 1961, depois que os fluxos diários de evasão de cidadãos da República Democrática Alemã (DDR, na sigla alemã) aumentaram significativamente com os rumores sobre o fechamento definitivo e iminente das fronteiras. Na cidade quadripartite, 69 dos 81 pontos de passagem foram bloqueados, inclusive 13 estações de metrô e linhas de transporte público, ao longo de 43 kms em Berlim e mais 122 kms nas proximidades: são mantidos apenas oito pontos de passagem; no curso de sua história, mais de 11 mil soldados, 500 funcionários da Stasi (os serviços de informação, que eram também a polícia política da DDR) e 992 cães faziam a vigilância diária do muro. Cf. Edgar Wolfrum, “Sept questions sur un mur”, *L’Histoire*, especial *Le Mur de Berlin, 1961-1989* (Paris: n. 346, outubro 2009), p. 54-63; Jacques-Pierre Amette, “Le Mur du temps”, *Le Point Grand Angle*, especial *Mur de Berlin: histoire, secrets, héros* (Paris: n. 2, out.-nov. 2009), p.5.

⁸ Cf. Arno J. Mayer, *The Persistence of Old Regime: Europe to the Great War* (London: Croom Helm, 1981); existe tradução brasileira dessa obra.

fiel das discípulas soviéticas, talvez até mais conforme ao modelo stalinista arquétipo do que a própria pátria original do padrão comunista autocrático, depois da desestalinização kruscheviana. A violação dos direitos humanos assumiria, na DDR, um caráter particularmente atroz em termos de espionagem sobre as ações mais íntimas dos indivíduos, equiparando praticamente o *das real existierenden Sozialismus* aos piores tempos da Alemanha nazista, como se pode ver, por exemplo, num filme como *A Vida dos Outros* (*Das Leben der Anderen*, de Florian Henckel von Donnersmarck, 2006⁹).

Mas a história também teria sido outra se Berlim ocidental não tivesse resistido ao cerco decretado por Stalin, em 1948, e se as potências ocupantes desse setor ocidental tivessem se submetido à dominação brutal dos novos totalitários coletivistas, que retomam a hegemonia sobre a velha Prússia, embora diminuída geograficamente, no seguimento do projeto totalitário nazista do Reich de mil anos, derrotado definitivamente em 1945. A luta para construir uma Europa do pós-guerra democrática e livre está no centro da Guerra Fria e já foi suficientemente tratada em inúmeras obras de interesse geral e especial para merecer aqui mais do que uma referência pontual.¹⁰

⁹ Para uma crítica basicamente historiográfica desse filme, ver Marianne Dautrey, “La mémoire de La RDA se resume-t-elle à un mauvais film?” in *Télérama Horizons, Le Mur de Berlin, 20 ans après* (n. 1, septembre 2009, p. 54-57).

¹⁰ Especificamente em relação à Guerra Fria, os trabalhos do historiador americano John Lewis Gaddis constituem referências indispensáveis; ver, por exemplo, entre outros livros, *The Cold War: A New History* (New York: Penguin Press, 2005). O mesmo historiador faz parte do comitê de coordenação do mais importante programa de pesquisas em torno dessa temática, o Cold War International History Project, do Woodrow

O importante seria sublinhar, para os propósitos deste ensaio, o quanto a história poderia ter sido diferente daquela efetivamente registrada, seja pelo imponderável do próprio processo histórico, seja pelas decisões tomadas por estadistas e generais a cada momento decisivo da trajetória europeia no último meio século, se algum outro curso alternativo tivesse sido implementado no período posterior à pacificação forçada da Alemanha, a partir de 1945. No caso específico de Berlim, o destino ulterior da Europa central e oriental talvez tivesse sido outro se, em 1948, Stalin tivesse conseguido apartar a cidade da Europa ocidental, como era a sua real intenção.¹¹

Wilson International Center for Scholars (disponível:

http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?fuseaction=topics.home&topic_id=1409); um subprojeto desse programa, construído especialmente para comemorar o 48º. aniversário da construção do muro de Berlim, em 13 de agosto de 1961, e o 20º. aniversário de sua queda, em 9 de novembro de 1989), “The Rise and Fall of the Berlin Wall”, está disponível neste link: http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1409&fuseaction=topics.categoryview&categoryid=BE949EBA-AC3C-D7AF-5B98808A1EBD6B9E. Ver também o volume já impressionante de materiais dos arquivos ocidentais e dos ex-países socialistas, anteriormente confidenciais, liberados no quadro de diversos projetos de pesquisa do National Security Archive, da George Washington University (<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/>). Para os aspectos mais gerais e verbetes especializados sobre cada um dos problemas desse importante período, ver Claude Quétel (ed.), *Dictionnaire de La Guerre Froide* (Paris: Larousse, 2008).

¹¹ O bloqueio soviético das três zonas ocidentais de Berlim começa em 24 de junho de 1948, depois que os aliados ocidentais aceitam a reforma monetária em seus territórios respectivos (e em Berlim ocidental), medida que Stalin considerou uma violação dos acordos de Potsdam (1945) sobre a Alemanha. O primeiro avião americano de aprovisionamento pousa em Berlim em 26 de junho e o bloqueio completo se estende até 12 de maio de 1949 (depois de 324

A existência de uma cidade moderna, rebelde, resistente – e cheia de espiões, dos dois lados –, no coração da zona soviética de ocupação, representou a mais poderosa vitrine capitalista e um magneto de atração que o Ocidente poderia apresentar em face do regime de penúria típico das economias socialistas, contribuindo, assim, para ir dismantelando aos poucos as mentiras apregoadas pelo poder soviético em toda a *MittelEuropa*.¹²

3. Berlim de volta ao centro da história contemporânea, por enquanto...

Encerradas, em 1949, as possibilidades de se ter um processo unificado, ou pelo menos autônomo, de reconstrução europeia no pós-guerra, o continente passou a ser organizado de modo perfeitamente dicotômico nos anos da Guerra Fria. O processo é perfeitamente conhecido para que sua trajetória seja descrita em detalhes, aqui. É preciso que se registre, porém, que o Plano Marshall, generoso programa americano de apoio

dias e mais de 278 mil vôos desde o território federal). O bloqueio está na origem da assinatura do tratado de Washington, instituindo a OTAN, um mês antes do final do bloqueio; poucas semanas depois é criada a República Federal Alemã; os soviéticos replicarão pela criação da DDR, em 7 de outubro de 1949. Cf. cronologia do período 1945-1961, “Des ruines en partage”, in *Le Point Grand Angle*, op. cit., p. 9,

¹² Berlim funcionou, em grande medida, como uma bomba de sucção, atraindo a população que vivia na parte soviética da cidade e na DDR; durante toda a existência das duas Alemanhas, antes e depois do muro, mais de 3,5 milhões de pessoas fugiram para o Ocidente a partir de Berlim; o total de refugiados de toda a DDR, entre 1949 e 1961, ou seja, até a construção do muro, foi estimado em 13 milhões de pessoas, o que colocava em perigo a própria sobrevivência do Estado comunista, daí a decisão de interromper o fluxo, ainda que de maneira brutal; cf. “La RDA a-t-elle vraiment existe?”, entretien avec Étienne François, in *L’Histoire*, especial *Le Mur de Berlin, 1961-1989*, op. cit., p. 64-71.

a essa reconstrução foi oferecido, indistintamente, a todos os países europeus atingidos pela guerra; foi Stalin, temeroso de que a ajuda americana levasse os Estados colocados sob a “jurisdição” do Exército Vermelho – toda a Europa central e oriental, com as únicas exceções da Áustria e da Iugoslávia – a se alinhar ao Ocidente, quem impediu que governos como os da Polônia, Hungria e Tchecoslováquia se inscrevessem no Programa de Recuperação Europeia a título de recebedores da ajuda americana.

Com o fracasso das conferências de paz do imediato pós-guerra,¹³ o mundo se dividiu pelos quarenta anos seguintes segundo as linhas de influência das duas superpotências concorrentes. A OTAN foi criada pelo tratado de Washington, em abril de 1949, seguida, em maio, da fundação da República Federal, correspondendo aos três setores ocidentais, mais os três setores de Berlim ocupados pelas tropas americanas, inglesas e francesas, com a parte soviética sendo organizada sob a forma de uma “República Democrática”, com Berlim oriental como sua capital (ilegalmente).

Os quarenta anos seguintes correspondem, portanto, à era clássica, se o termo se aplica, da Guerra Fria, e Berlim esteve em seu centro. Os soviéticos sempre desejaram asfixiar esse abcesso capitalista no coração do socialismo: Nikita Krushev, secretário-geral do comitê central do PCUS, desejoso de anexar Berlim totalmente, declarou em 1958: “Cada vez que eu quero ver o Ocidente gritar, eu aperto

¹³ Ver, sobre o imediato pós-guerra, Daniel Yergin, *The Shattered Peace: The Origins of the Cold War and the National Security State* (Boston: Houghton Mifflin, 1978; edição revista: New York, Penguin Books, 1990).

em Berlim”.¹⁴ Essa guerra foi marcada pela guerra surda e pelos golpes baixos entre os serviços de inteligência dos dois lados, tão bem simbolizados nos romances do escritor inglês David Cornwell, aliás John Le Carré, ele mesmo um diplomata *doublé* de espião a serviço do MI6 britânico (ver, em especial, seu *The Spy who Came in from the Cold*, de 1963).

A derrubada do muro de Berlim, em novembro de 1989, não foi apenas o resultado da decadência econômica e da implosão política da União Soviética: ela talvez tenha constituído uma das causas de seu desaparecimento enquanto império unificado, se aderirmos a uma concepção voluntarista, não determinista, da história. Com efeito, o que ocorreu em Berlim, em novembro de 1989, foi uma verdadeira revolução, que poderia ter sido interrompida, e mesmo esmagada pelos tanques soviéticos, assim como tinha ocorrido na mesma Berlim, em junho de 1953, repetida depois na Hungria de 1956, na Tchecoslováquia da Primavera de Praga, em 1968, e parcialmente na Polônia dos anos 1970 e início dos 80. Em lugar de se ter um novo 1848 pelo lado repressivo, o que se assistiu foi praticamente a uma nova ‘primavera dos povos’, pelo menos naqueles países que conseguiram realizar uma saída pacífica do comunismo. Não mais tivemos um equivalente leninista da Santa Aliança – embora o regime soviético correspondesse a uma ‘monarquia absoluta’ – e, no lugar de Metternich, surgiu um Gorbachev, bem mais complacente em relação às necessidades de mudanças políticas no socialismo.

¹⁴ O termo empregado por Krushev para designar Berlim foi um pouco mais grosseiro, referindo-se ele ao saco escrotal dos homens; cf. Laurent Theis, “L’Ordre nouveau”, in *Le Point Grand Angle*, especial *Mur de Berlin*, op. cit., p.5.

Os verdadeiros heróis de 1989, de toda forma, não foram os homens de Estado, e sim os berlinenses comuns, que tomaram as marretas de seus colegas operários para romper os grilhões do socialismo real.¹⁵ Junto com o povo das ruas, Gorbachev foi, provavelmente, o único herói verdadeiro, dentre os dirigentes políticos, dessa saga da Alemanha contemporânea: ele mereceu inteiramente o prêmio Nobel da paz com que foi em seguida contemplado.

O cenário dos eventos de 1989, em todo caso, foi bem mais ameno do que aquele vivido pela geração precedente, quando os tanques russos, em nome da doutrina Brejnev, não hesitavam em abafar no sangue qualquer contestação à ordem socialista. A fundação, em meados dos anos 1970, dos comitês de defesa dos trabalhadores (*Kor*), depois unidos no sindicato Solidariedade (*Solidarnosc*), na Polônia, foi o sinal precursor de que o processo revolucionário já tinha encontrado um curso determinado, aliás guiado pela própria categoria social que a doutrina marxista-leninista pretendia ser a base política dos partidos do

¹⁵ Vários historiadores, e mesmo muitos protagonistas, consideram, entretanto, que não se tratou essencialmente de uma derrubada imposta pela pressão das ruas, mas também o resultado de uma decisão pela abertura do muro tomada – ainda que involuntariamente – pelas autoridades políticas da DDR e da URSS, em especial Gorbachev; ver, a esse propósito, a entrevista do principal conselheiro diplomático do presidente François Mitterrand, “Chronique d’un effondrement annoncé, entretien avec Hubert Védrine”, por Catherine Portevin, *Télérama Horizons, Le Mur de Berlin, 20 ans après* (n. 1, septembre 2009, p. 20-27). Para o ex-secretário-geral do Quai d’Orsay, o muro estava fragmentado desde muito tempo antes; o evento mais significativo desse período, para ele, foi a queda do império soviético, em dezembro de 1991. Em outra matéria, o mesmo diplomata confirma que o grande arquiteto do fim do muro foi, efetivamente, Mikhail Gorbachev; cf. “Dès 1985, tout était joué”, in *L’Histoire*, op. cit., p. 84.

socialismo real no poder: os trabalhadores. Os estudantes e os profissionais liberais se juntaram ao processo e empurraram a revolução à sua conclusão lógica: a derrubada dos regimes opressores do socialismo real. Em poucos momentos da história, como nos episódios de 1989 em Berlim, simples populares estiveram na origem de rupturas tão importantes no equilíbrio geopolítico global como as que ocorreram nas chamadas democracias populares do leste europeu a partir das tentativas de romper a cortina que já não era mais de ferro.¹⁶

Certamente que a postura de Gorbachev poderia ter sido diferente: se ele tivesse cedido à linha dura da ala senil do PCUS e ordenado que Wojciech Jaruzelski, na Polônia, e Edward Honecker, na DDR, resistissem aos sindicatos livres e ao clamor dos estudantes nas ruas, talvez a história tivesse ocorrido de maneira diferente, e o velho mundo teria sido preservado, pelo menos por alguns anos mais. Afinal de contas, nem o próprio Fukuyama, que havia acabado de publicar, em junho de 1989, seu ensaio filosófico sobre o fim da história, havia

antecipado o fim do socialismo e a implosão da URSS.¹⁷ Contrariamente, porém, ao que dele se esperava, Gorbachev enfrentou a linha dura do partido e, quando consultado pelos líderes confusos dos partidos-irmãos sobre o que eles deveriam fazer em seus respectivos países – quase uma súplica em favor de uma intervenção soviética – ele fez o que a história esperava dele: nada! Assim, quando indagado sobre o curso a seguir, Gorbachev recomendou a Jaruzelski e a Honecker: “Não façam nada!”.

A famosa frase do presidente americano Ronald Reagan, proferida frente a uma massa acolhedora de berlinenses na porta de Brandenburgo, no verão de 1989 – *Mister Gorbachev, tear down this wall*, “derrube este muro” –, limitou-se a ser apenas isso, uma frase de estilo cinematográfico, sem efeitos, talvez, sobre o movimento concreto que já tinha iniciado seu curso caudaloso em direção à da derrubada das barreiras do socialismo real. Da mesma forma, uma outra frase famosa – a de John Kennedy, no imediato seguimento da construção do muro, em 1961, quando ele proclamou, sob risco de ser confundido com alguma variedade de salsicha, que ele também era berlinense: *Ich bin ein Berliner* – tampouco exerceu efeitos significativos sobre o movimento real do socialismo, nessa fase ainda em construção, e aparentemente bastante atrativo para muitos acadêmicos do mundo capitalista. Um intelectual como Sartre ainda ousava apoiar a União Soviética e a China comunista, convencido de que o marxismo representava o horizonte insuperável de (sua) época.

¹⁶ Uma seleção de documentos relevantes relativos aos episódios mais importantes da derrubada do muro de Berlim encontra-se disponível em Svetlana Savranskaya e Thomas Blanton (eds.), *A Different October Revolution: Dismantling the Iron Curtain in Eastern Europe* (Washington: National Security Archive Electronic Briefing Book No. 290, postado: 9.10.2009; disponível: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAE BB290/index.htm>). Esses documentos demonstram, em todo caso, que o muro de Berlim começou a ser derrubado bem antes, em 3 de março de 1989, quando o primeiro-ministro da Hungria, Miklos Nemeth, comunicou a Gorbachev a decisão do comitê central do partido comunista húngaro no sentido de “remover completamente as barreiras eletrônicas e tecnológicas das fronteiras ocidental e meridional da Hungria” (ou seja, com a Áustria e Iugoslávia).

¹⁷ Ver Francis Fukuyama, “The End of History?”, *The National Interest* (Summer 1989, p. 3-18), bem como seu livro sobre a questão: *The End of History and the Last Man* (New York: Free Press, 1992).

Em contrapartida, um assessor de Gorbachev, que confessava ter aderido, enquanto vivia nos EUA, à doutrina Frank Sinatra – *My Way* – afirmou, numa frase bem mais significativa para a época, que os soviéticos (ou russos) iriam fazer uma coisa terrível para os americanos: “Nós vamos privá-los de um inimigo” (o que, no médio prazo, revelou-se apenas parcialmente verdadeiro). Em todo caso, quem derrubou o muro foram os berlinenses da rua, dos dois lados, quando, os ‘inimigos’ ainda não tinham desaparecido de todo.

De sua parte, os líderes políticos ocidentais ainda não sabiam direito o que fazer e, temerosos de que algum lance mais ousado deslanchasse alguma reação intempestiva dos generais soviéticos ainda presentes do outro lado do muro, tentavam encontrar fórmulas de acomodação para as mudanças em curso que não significassem mudanças geopolíticas muito radicais, posto que ninguém tinha certeza sobre a natureza do delicado equilíbrio de forças militares presentes nos dois lados da chamada ‘cortina de ferro’ (a essa altura totalmente perfurada pela fuga incontida de *Ossis* – os habitantes da DDR – pelas fronteiras da Hungria e da Tchecoslováquia). Em 11 de setembro de 1989, as autoridades húngaras removeram completamente as cercas e barreiras de suas fronteiras ocidentais: o muro de Berlim começou a cair nesse mesmo instante.

4. O que poderia ter ocorrido com Berlim e com a Alemanha, e que não ocorreu?

Os episódios do verão e do outono de 1989 aparecem retrospectivamente como inevitáveis, mas o fato é que não havia nada de inevitável nas iniciativas e ações empreendidas pela população da DDR, se ela não tivesse decidido tomar o

destino em suas próprias mãos. Na verdade, Helmut Kohl, considerado o grande arquiteto da reunificação alemã, não tinha muita esperança, até esse outono de 1989, de que ela pudesse ser obtida no curto prazo. A DDR tinha, estacionados em seu território, centenas de milhares de soldados soviéticos, assim como a própria República Federal tinha dezenas de milhares de soldados americanos em suas bases militares.¹⁸ Em suas tratativas com Gorbachev, ao longo de 1989, Kohl não imaginava – e nisso o líder soviético estava de acordo – que a unificação pudesse ocorrer antes do ano 2000: “não antes do século 21”, segundo o próprio Gorbachev.¹⁹

A maior parte dos líderes ocidentais, diga-se de passagem, tampouco desejava a reunificação alemã: eles tinham medo de seus efeitos desestabilizadores para o frágil equilíbrio geopolítico na Europa central e preferiam conservar a divisão *ad infinitum*. Assim se expressaram alguns dos expoentes máximos do processo, à exceção do próprio Reagan: tanto Margaret Thatcher, a mais fervorosa agitadora anticomunista da Europa ocidental, quanto o maquiavélico presidente francês, o socialista François Mitterrand, queriam preservar a fratura geopolítica alemã. “Margaret se declarava claramente contrária. Não o dizia em público, mas não fazia segredo nos encontros oficiais. (...) Mitterrand era ferozmente contrário; mais falso do que os outros, dizia: ‘Amo tanto a Alemanha, que prefiro ter duas’. Todos

¹⁸ Até 1989, estavam estacionados, aproximadamente, 500 mil soldados soviéticos na DDR, 300 mil na Polônia, e 100 mil na República Tchecoslováquia e na Hungria, respectivamente.

¹⁹ Ver a entrevista concedida a Fiammetta Cucurnia, “Gorbaciov: ‘L’Europa sperava nei miei carri armati””, *La Repubblica* (30.09.2009, p. 52-53); cf. p. 53: “À exclusão dos Estados Unidos, posso dizer que todos eram contra [a unificação alemã]”.

os líderes europeus tinham medo. Mas não faziam nenhuma proposta sobre como enfrentar a situação. Mas estava claro que teriam desejado impedir a queda do muro e a reunificação, mas queriam que a decisão nesse sentido fosse materialmente tomada por nós, com o exército, as tropas de Gorbachev. Vieram todos ter comigo, um depois do outro, para pedir abertamente isso.”²⁰

As palavras de Gorbachev confirmam, em todo caso, o terrível temor que os franceses sempre tiveram da Alemanha, o mesmo medo que sentiram em 1950, logo depois da constituição da República Federal, quanto a uma possível quarta invasão germânica em seu território. O primeiro tratado de defesa na Europa ocidental, aliás, foi concluído ainda antes da criação formal da OTAN, mais contra a própria Alemanha do que contra o perigo soviético, ainda não materializado de fato na completa dominação política e militar da Europa central e oriental. Da mesma forma, o famoso Memorando Monet, de junho de 1950, que lançaria as bases da integração europeia, foi concebido bem mais no sentido de diluir a soberania alemã sobre o carvão e o aço – as bases do expansionismo militarista das décadas anteriores – no primeiro esquema do tratado de Paris, criando um esquema comunitário setorial, do que derivou de um impulso romântico de caráter político em favor da integração enquanto tal. A história da construção europeia edulcorou posteriormente esse episódio. Mas o fato é que a CECA foi bem mais um acordo de neutralização militar da Alemanha do que um projeto político de integração econômica.

Se dependesse, portanto, dos líderes da Europa ocidental, de um lado, e do eventual predomínio da linha dura

soviética sobre a *glasnost* e a *perestrojka* de Gorbachev, de outro lado, a derrubada do muro, em novembro de 1989, e a unificação das duas Alemanhas, no seu seguimento, poderiam não ter ocorrido, ou pelo menos poderiam ter sido remetidas a outra conjuntura política. Que líderes autocráticos estejam dispostos a afogar no sangue veleidades libertárias e contrárias ao monopólio do Partido Comunista não cabem dúvidas: isso ficou provado, no mesmo ano, pela repressão chinesa ao movimento dos estudantes de Tian An-mein – a Praça da Paz Celestial – bem como pela violenta repressão ocorrida quando da derrubada da ditadura de Ceausescu, na Romênia. No caso dos franceses, ingleses e italianos, eles provavelmente temiam bem mais uma grande Alemanha restabelecida em dimensões mais amplas, eventualmente atravessada por novos e fortes sentimentos nacionalistas, do que uma União Soviética visivelmente decadente e desejosa apenas de incrementar os intercâmbios financeiros e tecnológicos – legais e ilegais – com o Ocidente capitalista. Todos eles tinham consciência de que, se isso ocorresse, o ponto de equilíbrio geopolítico europeu se deslocaria mais ao centro e a leste do continente europeu, do que permaneceria placidamente ancorado em sua parte ocidental.

Os líderes da DDR, com Honecker à cabeça, também poderiam ter resistido às pressões dos *Ossis* pela abertura do muro, se não tivessem sido dissuadidos de alguma ação mais impensada por Gorbachev em pessoa. Este parece, de fato, o elemento decisivo do processo que levou à derrubada do muro: a substituição da doutrina Brejnev pela nova ‘doutrina Gorbachev’, que excluía a possibilidade de uma invasão, mas que não foi formalmente expressa senão em

²⁰ Cf. entrevista de Gorbachev, op. cit., idem.

palavras vagas dirigidas aos ocidentais. Na prática, cada país socialista mantinha sua própria relação com a União Soviética e a dinâmica da liberação foi dada pela relação de forças internas ao país.²¹

Ou seja, a história, na verdade, tinha várias outras possibilidades nas múltiplas gavetas de um imenso armário que se move apenas lentamente entre uma época e outra. O próprio Gorbachev, ao ser questionado pelos líderes do SED – o Partido Comunista da DDR – sobre o que fazer em face do fluxo contínuo de cidadãos de seu país, que estavam se refugiando em embaixadas ocidentais na Hungria e na Tchecoslováquia ou fugindo por fronteiras doravante abertas, recomendou que eles se ajustassem às novas realidades. Ele pronunciou, então, sua frase mais famosa dessa conjuntura: “Quem chega tarde, é punido pela História”.²²

Um dos assessores mais próximos de Gorbachev, Anatoly Chernyaev, tinha plena consciência de que um inteiro período histórico tinha chegado a seu termo. Escrevendo no dia seguinte à derrubada do muro em seu diário pessoal – recentemente traduzido e liberado pelo National Security Archive, de Washington –, Chernyaev registrou o que segue:

O muro de Berlim caiu. Uma era inteira do ‘sistema socialista’ chegou ao final. Honecker caiu, depois do PSUP [Partido Socialista Unificado da Polônia] e do PSTH [Partido Socialista dos Trabalhadores da Hungria]; hoje tivemos a notícia de que Jivkov [líder

búlgaro] está ‘partindo’. Só nos restam nossos ‘melhores amigos’: Castro, Ceausescu e Kim Il-Sung, que nos detestam. O mais importante, entretanto, é a RDA e o muro de Berlim. Trata-se não mais do socialismo, mas de uma mudança na balança mundial de poderes, o fim de Ialta, o fim do legado de Stalin e da derrota da Alemanha nazista na Grande Guerra. Isto é o que Gorbachev fez! Ele é verdadeiramente um grande homem, porque compreendeu os passos da História e ajudou-a a seguir o seu caminho natural. Um encontro com Bush [pai] se aproxima. Vamos assistir a uma conversa histórica? Existem duas ideias principais nas instruções que M.S. [Mikhail Sergeievitch, ou seja, Gorbachev] me deu para preparar os materiais: o papel das duas superpotências na condução do mundo a uma situação civilizada e o equilíbrio de interesses. Mas Bush pode desprezar nossos argumentos... Nós não temos realmente nada para mostrar, à exceção de nosso passado e o temor de que poderíamos retornar ao totalitarismo.²³

De fato, os líderes soviéticos poderiam ter recorrido à maneira forte, ao estilo chinês, e interrompido o processo histórico de maneira violenta, confirmando o totalitarismo tradicional da história russa: que Gorbachev não o tenha feito, é totalmente em sua honra, o que deve ser positivamente avaliado.²⁴

²³ Ver o seguinte documento eletrônico: Anatoly Chernyaev, *The Diary of 1989* (Washington: National Security Archive Electronic Briefing Book No. 275, postado: 26.05.2009; disponível: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAE/B275/1989%20for%20posting.pdf>), cf. entrada relativa a 10 de novembro de 1989, p. 54-55.

²⁴ Não se pode deixar de registrar, por exemplo, que Gorbachev visitou a China em plena crise da revolta estudantil da Praça da Paz Celestial, em maio de 1989, e deve ter discutido com Deng Xiao-ping “alternativas” ao movimento de reforma e abertura que ele estava conduzindo em sua pátria. O líder chinês não possuía os mesmos escrúpulos que o russo no tratamento a ser dado aos dissidentes e *refuzniks*: em 4 de junho de

²¹ Ver a entrevista do historiador e dissidente polonês, emigrado na França, Krzysztof Pomian, “Le bloc de l’Est n’a jamais existé” por Nicolas Chevassus-Au-Louis, in *Télérama Horizons, Le Mur de Berlin, 20 ans après*, op. cit., p. 60-63.

²² Cf. entrevista de Mikhail Gorbachev a *La Repubblica*, op. cit., loc. cit.

Uma tentativa de golpe à base de tanques, contra ele mesmo alguns meses mais tarde, demonstrou que o perigo não estava de todo afastado: os chineses, em todo caso, foram bem menos relutantes em restabelecer a 'ordem socialista' (ou seja, a ditadura do Partido Comunista).

5. O que poderá ocorrer com a nova Alemanha, e que ainda não ocorreu?

Especular sobre o futuro é deveras perigoso, mas sempre se pode traçar algumas linhas do itinerário provável da geopolítica europeia nas próximas décadas, com base em desenvolvimentos já em curso no continente e no mundo. Em relação ao seu passado de 80 anos a partir da unificação guilhermina, a Alemanha mudou profundamente, e para melhor, tornando-se uma nação quase normal. "Era uma nação imperialista, com um Bismarck autoritário e prepotente, com um imperador ávido de conquistas. Agora tornou-se uma grande Suécia ou uma grande Suíça, inócua, tranquila, religiosamente dedicada ao mito da neutralidade. Os alemães têm, sobretudo, uma aspiração: a de viver bem, civilmente, pacificamente, sem causar preocupações a ninguém. (...) A Europa, em outros tempos atormentada por guerras atrozes, tornou-se um jardim florido, no qual vive uma humanidade tranquila, com a serenidade da idade senil."²⁵

Uma especulação possível seria sobre se a nova Alemanha nascida da unificação decidisse, em algum momento do futuro próximo, empreender uma nova *Sonderweg* de afirmação política, econômica e militar independentes, num mundo que ainda apresenta algumas

fissuras geopolíticas remanescentes, ensaios de proliferação nuclear e, talvez, tensões inéditas que emergem de uma Rússia renovadamente afirmativa. Por outro lado, fenômenos que tinham importância menor na época da Guerra Fria – como o terrorismo de base fundamentalista, por exemplo – introduzem novos desafios em um país como a Alemanha, dotada de uma importante população islâmica ainda pouco integrada ao *mainstream* cultural germânico.

Segundo um especialista francês de sua história recente, talvez estejamos assistindo a uma quebra de tabus do passado, com a reafirmação do poderio alemão em diversas instâncias de relevância econômica e geopolítica. De acordo com o historiador e ex-conselheiro cultural da França em Berlim, Jacques-Pierre Gougeon, "a Alemanha atual deve ser compreendida tanto a partir da ruptura que constituiu a chegada à chancelaria, em 1998, de um dirigente da era 'pós-kohliana', Gerhard Schröder – Helmut Kohl tinha sido o último chanceler alemão a ter vivido a segunda guerra mundial – quanto através do prisma do 'bloco', ou até mesmo em torno de certos temas de continuidade, que constituem os anos 1998-2009. Com efeito, Angela Merkel, nascida em 1954, não possui a mesma relação com a História, que não deve mais servir de álibi para a prática de alguma 'diplomacia da contenção', e ao modelo econômico e social forjado na época do 'milagre econômico' dos anos 1950, cujo símbolo de mito fundador se extingue, mesmo se, em face da crise, a aderência à economia social de mercado constitui uma marca, à condição de se adaptar à mundialização".²⁶

1989 ele ordena o envio de tanques contra os estudantes; até hoje não se tem o balanço exato do número de vítimas.

²⁵ Cf. Piero Ottone, "In pace e ordinata: l'Europa è sul viale del tramonto", *Il Venerdì di Repubblica* (n. 1124, 2.10.2009), p. 13.

²⁶ Cf. Jacques-Pierre Gougeon, "L'Allemagne vingt ans après le Mur, ou la levée des tabous", *Le Monde* (27-28.09.2009), p. 18. Esse

A mutação da atual Alemanha é considerada mais visível no terreno diplomático, justamente. “A última década foi marcada pela reabilitação do conceito de potência, que implica no exercício, pela Alemanha, de maior responsabilidade internacional e um avanço em direção daquilo que os próprios dirigentes consideram a normalidade. Quando Angela Merkel expressou a ‘reivindicação a participar nos assuntos do mundo e de codecidir’, ela tomou o caminho aberto pelo seu predecessor, Gerhard Schröder, que havia sustentado que ‘a Alemanha tem todo o interesse a se considerar como uma grande potência na Europa’ e tinha ousado gritar em face dos Estados Unidos – algo inédito desde 1949 – sua recusa da guerra no Iraque”.²⁷ É esta nova consciência que permitiu a eliminação de alguns tabus. “O primeiro é a utilização da ferramenta militar como possível instrumento de política externa, definitivamente eliminado em 1999, quando do engajamento de tropas alemãs na campanha da OTAN contra a Sérvia... (...). O segundo tabu refere-se à limitação geográfica que se tinha imposto a República Federal em suas intervenções exteriores”, agora que ela está presente com o terceiro contingente no Afeganistão. Diversos historiadores alemães – o analista francês cita os nomes de Hans-Peter Schwarz e Gregor Schöllgen – consideram que a Alemanha é a potência europeia mais importante e que o renascimento do Estado nacional alemão pode significar o “retorno de uma grande potência continental capaz de exercer uma influência mundial”.²⁸

De fato, a Alemanha, considerada ainda no início da presente década o ‘homem

enfermo’ da Europa – em virtude do seu baixo crescimento e do mal estar social associado aparentemente ao declínio do seu modelo de economia social de mercado – retomou o antigo vigor econômico, continua a ser uma potência exportadora e está enfrentando bem a crise econômica internacional. Ela operou uma reforma moderada do seu Estado de bem-estar social e de seus regimes previdenciários e assistencialistas e conseguiu estabelecer as bases de um novo contrato social que resultou em certa moderação salarial, permitindo ganhos de competitividade nos anos recentes. O mesmo analista francês informa que, atualmente, o custo de uma hora de trabalho no setor privado do seu país corresponde a 112% do que ele é na Alemanha, contra apenas 72% em 2002. Os progressos no setor educacional e na pesquisa e desenvolvimento são também importantes, o que permite augurar novos ganhos de produtividade nos anos à frente.

Se esse reforço do potencial econômico alemão for acompanhado de uma nova ‘ideologia’ de afirmação nacional, os vizinhos europeus poderão começar a ficar nervosos e jornalistas possivelmente alarmistas começarão a publicar panfletos sobre o novo perigo alemão. Motivos credíveis para tal apreensão, no entanto, são praticamente inexistentes, mesmo se a Bundeswehr já conta com mais de 200 mil soldados profissionais, ademais de várias dezenas de milhares de conscritos e reservistas (provavelmente mais de 300 mil em qualquer tempo). A Alemanha tem sido uma ativa participante das operações de paz da ONU e se engajou a fundo em algumas operações da OTAN, entre elas no Afeganistão.

Ainda que a Alemanha participe do escudo nuclear americano na Europa –

historiador é o autor do livro *L'Allemagne au XXIe siècle, une nouvelle nation?: Éléments de réponse* (Paris: Armand Colin, 2009).

²⁷ Gougeon, idem.

²⁸ Gougeon, idem.

existem, pelo menos, armas nucleares em bases americanas no país – a população alemã é decididamente anti-nuclear, inclusive, até aqui, para fins puramente energéticos, e é improvável que os dirigentes alemães decidam, em qualquer tempo do futuro, dotar suas forças armadas de vetores nucleares. Não se concebe, tampouco, qualquer desenvolvimento estratégico alemão dissociado dos esquemas militares europeus ou do quadro institucional da OTAN, ainda que essas molduras não sejam impedimentos absolutos a uma maior capacitação operacional em termos de projeção nacional independente. Mesmo se num formato e com um espírito totalmente diverso daquele que relegou a Europa a um imenso campo de batalha, a Alemanha volta a ser um ator importante no xadrez geopolítico continental.²⁹

6. Alternativas e destino da nova Alemanha: um futuro imperfeito?

Ainda que uma evolução mais assertiva da Alemanha no plano estratégico e militar seja teoricamente possível, existem fortes barreiras psicológicas a que esse tipo de ‘progresso’ venha a ser algum dia implementado. Várias delas se situam no próprio terreno da História, tanto a de curto prazo, quanto a de mais

longo prazo. O passado militarista e expansionista, a trágica memória do holocausto nazista e a nova consciência pacifista de sua população constituem poderosas vacinas contra um renascimento da antiga vontade de potência: *exit* Nietzsche, retorna Heine!

Por outro lado, mesmo que a Alemanha esteja rapidamente a caminho de tornar-se um país ‘normal’ – ou seja, sem maiores desejos de alimentar alguma *Sonderweg* em direção a qualquer status diferenciado em relação a seus vizinhos europeus – a nação, vinte anos depois da derrubada do muro de Berlim e dezoito depois da unificação, continua ainda psicologicamente dividida em *Ossis* e *Wessis*, o que obviamente dificulta qualquer projeto nacional mais assertivo. Esses dois conceitos, segundo um observador italiano, “perderam o seu sabor levemente irônico da origem para converterem-se, atualmente, em dois estereótipos duros”,³⁰ o que promete, talvez, uma difícil superação dos anos de divisão em dois Estados opostos em tudo; essas noções hoje consagradas são bem mais culturais do que propriamente geográficas, e revelam toda a extensão da fratura mental criada pelos 40 anos de partição.

Talvez o *Sonderweg* da Alemanha atual, e da futura também, seja a necessidade de uma dedicação exemplar à causa da integração, mesmo a um custo econômico sem correspondência direta com os benefícios materiais que o país retira de sua subordinação a projetos comunitários por vezes profundamente irracionais no plano estritamente econômico. Essa ‘servidão voluntária’ em favor da integração europeia constitui, talvez, o preço a pagar pelos diversos *Sonderwegen* do passado, que

²⁹ Os vinte anos que se seguiram à derrubada do muro de Berlim e à unificação alemã são examinados no livro de Mary Elise Sarotte, *1989: The Struggle to Create Post-Cold War Europe* (Princeton: Princeton University Press, 2009). A autora explica que, se parecia claro que em algum momento o bloco soviético poderia ruir, não estava claro como e quando isso poderia ocorrer, e que não havia nada de inevitável nesse processo; o resultado mais surpreendente dos eventos, contudo, foi o fato da Rússia ter sido relegada à “periferia da Europa”, como ela parece acreditar. O ressentimento russo com esse cenário de marginalização relativa pode, aliás, levar a desenvolvimentos inesperados na região, como já demonstrado pela crise da Geórgia.

³⁰ Gian Enrico Rusconi, *Berlino: La Reinvenzione della Germania* (Roma: Laterza, 2009), p. 4-5.

representam, provavelmente, motivos de vergonha e remorso para os alemães da presente geração. Tendo colocado o seu modelo de administração fiscal e monetária como a base dos avanços europeus em direção da união monetária, a Alemanha deveria ter interesse em fazer avançar as reformas comunitárias no sentido de uma maior adesão a regras de mercado competitivo, especialmente na agricultura, em lugar de apoiar um mercantilismo administrado burocraticamente a partir de Bruxelas, como ocorre atualmente. Indecisa quanto a confrontar princípios protecionistas decididos 40 anos atrás, a Alemanha acaba pagando os custos de velhas loucuras agrícolas dos seus vizinhos, em especial dos franceses, e de novos oportunismos compensatórios em favor dos novos membros ex-socialistas.

O que é certo é que a Alemanha e Berlim estarão no centro de qualquer arranjo futuro da ordem internacional no contexto europeu, ainda que não se trate da mesma Alemanha do passado, nem da mesma capital imperial. A velha Prússia foi amputada e diminuída em favor da Polônia, que por sua vez perdeu territórios para o então império

soviético. Tampouco se aplica mais o argumento de Thomas Mann, que pedia uma ‘desgermanização’ da Alemanha como condição de sua democratização: ela é hoje plenamente democrática e se afirma cada vez mais, orgulhosamente, como alemã, recuperando os antigos gênios de sua cultura erudita, não os fantasmas de um passado hoje superado.

A Alemanha poderá, inclusive, recuperar algumas ferramentas de sua afirmação militar, mas o instrumento bélico não mais servirá para ameaçar ou invadir seus vizinhos, e sim para servir às causas da integração e da normalização europeia e às da paz e da segurança internacionais, no quadro da ONU, em cujo Conselho de Segurança a Alemanha poderá talvez um dia sentar-se em caráter permanente. Ela poderá, talvez, apresentar-se como uma nova República de Weimar, não, obviamente, no sentido dos extremismos políticos e da ascensão do totalitarismo, como ocorrido no entre guerras, mas, sim, no conceito otimista de uma cultura goethiana, feita de ‘afinidades eletivas’ com a democracia e os direitos humanos.



* **PAULO ROBERTO DE ALMEIDA** é Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico, Diplomata de carreira. Home Page: <http://www.pralmeida.org> / Email: pralmeida@mac.com